

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### **Igreja, Estado e Símbolos: a apoteose barroca no conjunto carmelita da cidade de João Pessoa<sup>1</sup>**

André Cabral Honor<sup>2</sup>

**Resumo:** O conjunto carmelita de João Pessoa teve sua construção iniciada por volta de 1605 ou 1609, e foi concluído somente em 1777. A ordem teve importância significativa no que se refere à catequese na sede da Capitania nos séculos XVII e XVIII, chegando a manter um hospício como posto avançado de atuação junto aos indígenas, junto à foz do Rio Paraíba. Pretendemos, de forma ainda inicial, proceder a um levantamento histórico da construção do conjunto Carmelita pessoense, composto pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pela Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira e pelo Convento da ordem. Nossa intenção é procurar desvendar em que contexto se insere a edificação de tais monumentos, principalmente como subsídio para uma análise iconológica e iconográfica do conjunto de representações visuais existentes na decoração interior das duas igrejas do complexo, que inclui pinturas sobre madeira, em partes do forro e medalhões em algumas paredes, e azulejaria portuguesa da segunda metade do século XVIII.

**Palavras-Chave:** Barroco; Paraíba; Conjunto Carmelita.

**Abstract:** The Carmelite's convent and churches of João Pessoa had their build starting about 1605 or 1609, and this was concluded only in 1777. The order have significant importance in Indians catechesis on the Captaincy of Paraíba in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, also maintaining a hospice as advanced position of activities close to the natives, near to Rio Paraíba's mouth. This paper intends, as a briefly study, proceed a historical view about of the construction of Carmelite's architectural group of João Pessoa, composed by the Church of Our Lady of Mount Carmel, the Church of Santa Teresa of Jesus of the Tertiaries and the Convent. The objective of this work is try to understand which context interferes in the construction of such monuments, mainly as subsidy for an iconological and iconographical analysis of visual representations in the decoration of these two churches, including paintings on wood - in part of the ceiling and medallions in some walls - and Portuguese tiles of the second half of the 18<sup>th</sup> century.

**Keywords:** Baroque; Paraíba; Carmelite's Architectonical Group.

A arte sempre se apresentou como um dos mais fascinantes objetos de análise pela ciência histórica. Sua teorização, metodologias e vertentes, acompanharam o ritmo da historiografia, com seus progressos e retrocessos muitas vezes concomitantes. Não é redundante falar que dentro desse ramo historiográfico o objeto foi sempre o mesmo: a obra

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado na UNISINOS, em São Leopoldo (RS), entre 15 e 20 de julho de 2007.

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Carla Mary S. Oliveira. E-Mail: <falanariga@bol.com.br>.

de arte. Apesar de o conceito de obra de arte ser algo profundamente discutido nos meios pertinentes, com ampliações e reduções dependendo do período, a idéia do que chamaremos de “aura”<sup>3</sup> de um objeto artístico, nunca teve variações que a levassem a contestar, ou inverter por completo a idéia de obra de arte.

Dentro da História da Arte toma cada vez mais fôlego a vertente que busca analisar as imagens como alegorias. Em outras palavras, cada representação artística possui um significado intrínseco, que ultrapassa a simples ornamentação, e por causa do significado existente na representação esta é chamada de alegoria. Quando se realiza a análise iconológica de uma obra de arte se está, na verdade, tentando traduzir a significação de uma imagem figurativa para a linguagem verbal.

Tal análise é extremamente fascinante para a história da arte e seus interlocutores, porém, ao mesmo tempo, é melindrosa e escorregadia, podendo levar o historiador a cometer, facilmente, aquele que seria o maior pecado na elaboração de um texto histórico-científico: o anacronismo. É comum ver conclusões precipitadas, e muitas vezes errôneas, em textos que analisam a arte como a alegoria. Geralmente, tais análises são realizadas por pessoas que têm pouco contato com a pesquisa histórica, relegando-a a um segundo plano, seja por desconhecimento de sua metodologia ou por estabelecer uma suposta hierarquização das áreas envolvidas (arquitetura, pintura, escultura, etc.). A intenção deste breve estudo não é propor um monopólio da história da arte por parte dos historiadores, mas sim um intercâmbio destes com as mais diversas disciplinas, por se entender que a tal ramo histórico ultrapassa a teorização histórica pura.

Nesse sentido, a análise de uma obra de arte, no caso do conjunto carmelita da cidade de João Pessoa, deve ser precedida de uma análise histórica dos momentos em que o referido monumento foi erguido. Segundo Groulier, “Embora a igreja exerça controle sobre os programas iconográficos, orientando tanto os iluminadores como os artistas do vitral, ela não impõe nenhum sistema de regras muito escritas para a execução das obras” (GROULIER, 2004: 12). Percebe-se, então, a forte influência que a sociedade local - sem se esquecer dos artífices - tem sobre a alegoria barroca. Nos trópicos, principalmente nas periferias, a presença do Estado e da Igreja é menos vigilante, o que faz com que a arte religiosa incorpore elementos regionais e temáticas locais próprias. A periferia não se descola do centro, porém possui, em relação à ele, certa autonomia, o que faz com que a idéia e seus elementos

<sup>3</sup> Tal conceito está presente nos ensaios escritos por Walter Benjamim intitulados “Pequena História da Fotografia” (1931) e “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1936). Segundo análise feita por Grojnowski, a aura “*se inscreve na celebração do instante, na exaltação daquilo que advém tão-somente uma vez e não mais se verá. A aura surge então como uma categoria ao mesmo tempo existencial e emocional, como uma consagração do presente captado em suspenso*” (GROJNOWSKI, 2003: 159).

principais barrocos estejam presentes, adaptando-se porém à realidade regional. Portanto, é também através de um forte embasamento histórico do contexto sócio-econômico do período da construção do conjunto arquitetônico carmelita na cidade de João Pessoa, que se pode realizar uma análise iconológica satisfatória dos elementos artísticos presentes em tão suntuosa obra. Assim, se torna mais fácil tentar compreender o significado que essas alegorias possuíam para sociedade em que estão inseridas.

A datação do início da construção do convento carmelita e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo é bastante incerta. Segundo Guilherme Lins, é possível afirmar “com boa margem de segurança que o Convento de Nossa Senhora do Carmo na Capitania da Paraíba começou a ser edificado entre 1605 e 1609” (LINS, 2006: 230), portanto antes mesmo do período holandês. A presença de tais religiosos na capitania insere-se na ótica do processo de aldeamento e doutrinação dos indígenas. Em 1712, numa carta do então capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, aparece o primeiro indício sobre a edificação conventual carmelita no século XVIII:

*Estavao vivendo em suas cazas térreas de barro, e taypa e deixarão o convento empenhado (...) de missas semanais ficarão novecentos e sincoenta e vendo os religiosos da reforma com dous para tres annos de assistência levantarão hum dormitório, desempenharão o convento; assistindo actualmentte neste quatorze e quinze religiosos que continuamente em pregao em serviço de deos.<sup>4</sup>*

O convento não só já se achava construído como foi empenhado pelos religiosos, contudo como podemos perceber na carta do Prior do Carmo da Reforma, frei Felipe dos Santos, data de 13 de Junho de 1733, o mesmo não se encontrava pronto, ao contrário, “Ainda com dois dormitórios térreos de taypa de barro, e soh hum com sobrado novo feito de pedra,e cal, e outro principiado (...)”<sup>5</sup>, mais adiante acrescenta o motivo pelo qual o convento se encontra por terminar:

*E Sendo os primeyros que fundarão o convento nesta cidade sam tam pobres, que ainda tem os dormitorios debaixo de taypa, e como este povo esteja miseravel pellas calamidades que experimentarao da sequa, e depois das chuvas, (...)*<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.4, D. 333. Os documentos analisados estarão com suas referências em códigos, cuja designação é: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 014 número da série Brasil - Paraíba; Cx. – Caixa (1 a 50); D. – Documentos.

<sup>5</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.4, D. 702.

<sup>6</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.4, D. 702.

É importante perceber que a região litorânea da capitania da Paraíba, cuja economia baseava-se na produção açucareira, passava por um estado duradouro de crise econômica que se agravava devido às intempéries climáticas<sup>7</sup>. Então o que justificaria a construção de tão apoteótico monumento, com ornatos folheados a ouro, justo na época de maior recessão econômica do período colonial? Ao se fazer tal pergunta, nos dias de hoje, está implícito o conceito de economia de mercado e a idéia do dinheiro regendo o dia-a-dia da vida cotidiana. Porém, nos séculos XVII e XVIII a lógica não era essa. Não há como explicar a construção do monumento pelo viés econômico. A explicação concentra-se nas estruturas simbólicas da sociedade colonial. A lógica da nobilização - extremamente presente na sociedade paraibana desde seus primórdios, ainda no século XVI<sup>8</sup> - levava não só à aceitação de cargos pelo *status* que os mesmos representavam - muitos deles sendo, inclusive, não remunerados - mas também fazia com que aqueles que possuíam uma situação financeira confortável “investissem” dinheiro em tais obras, como forma de obtenção de uma legitimação desse *status* perante a sociedade, fazendo com que seu poder econômico se tornasse, também, um tipo específico de poder simbólico.

As ordens religiosas cumpriam dois papéis fundamentais dentro da colônia: o de guias religiosos, através de missas e procissões, e o de doutrinação dos indígenas aldeados. Tais papéis eram fundamentais não só para a sociedade colonial, mas também para o Estado, pois somente através da união conflituosa, porém não destoante, entre Estado e Igreja, podia-se construir uma ordem social. O comportamento da mesma perante as regras e os interesses do Estado ditavam o benefício de uma em relação a outra, sem considerar aqui os acirrados conflitos entre as próprias congregações.

A conclusão do convento só se deu na segunda metade do século XVIII. Seu aspecto externo barroco será radicalmente modificado, pois recebeu uma fachada neoclássica no início do século XX, quando foi transformado em sede do bispado local. Atualmente seu aspecto interno tem sido bastante modificado, no intuito de se adequar aos seus novos usos, restando apenas algumas portadas em cantaria de pedra calcária ornadas com almofadas e folhas de acanto.

---

<sup>7</sup> Sobre este assunto o temos um artigo intitulado “Breve análise dos motivos da anexação da capitania da Paraíba” publicado nos Anais do Encontro Estadual da ANPUH - Seção Paraíba (2006).

<sup>8</sup> A esse respeito, ver GONÇALVES (2007).

Quanto à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pertencente à ordem primeira, não se pode determinar a data exata do início de sua construção, contudo os indícios levam a crer que tal edificação remete-se ao começo do século XVII, juntamente com a construção do convento carmelita.

No ano de 1730 a Igreja já funcionava como local de missa e oração para a população da cidade, como se percebe através do requerimento de 31 de outubro de 1732, em que D. Maria Isabel solicita justiça pela agressão sofrida por suas filhas na dita igreja.

*Diz donna Isabel de Albuquerque viuva que ficou de Simão Aranha de Vasconcellos do qual lhe ficaram tres filhas chamadas Dona Mariana de Albuquerque, Dona Maria de Albuquerque e Dona Antonia de Vasconcelos, moradora e natural da cidade da Parahiba do Norte que em sabado de Aleluia do anno de 1730, aconsesendo terem as ditas suas filhas humas duvidas com huma Clara Francisca, filhas de (...) Francisca moradores na mesma capitania na igreja de nossa senhora do Carmo [grifo nosso] da ditas cidades da parahyba sem que na ditas bellas ouvesse feridas por não haver arma (...)*<sup>9</sup>

O fato constatado de que a igreja era utilizada com templo pela sociedade não deve precipitar uma afirmação de que a mesma encontrava-se terminada, e muito menos com o aspecto que hoje se observa. Era comum que as igrejas fossem abertas para o culto, e que sua missa abacial<sup>10</sup> se desse quando ela ainda encontrava-se incompleta, porém com condições de uso<sup>11</sup>.

Segundo os dados levantados, em 1763 foram iniciadas as obras de reerguimento da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pois sua estrutura encontrava-se comprometida. Tal reconstrução durou quinze anos, sendo concluída em 1778<sup>12</sup>. A presença de um elemento decorativo no arco cruzeiro nos leva a crer que os últimos retoques no monumento foram de trabalho de cantaria, mais especificamente dos ornatos decorativos no referido arco.

<sup>9</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.4, D. 680.

<sup>10</sup> Ato de consagração da igreja.

<sup>11</sup> Na Paraíba é possível citar dois casos em que a missa abacial se realizou sem que as igrejas estivessem terminadas: A Igreja de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, no aldeamento de Almagre/ Utinga, localizado na atual Praia do Poço, em Cabedelo; e a Igreja de Nossa Senhora da Guia, do Hospício da Guia, em Lucena. Ambas, apesar de terem sido utilizadas como templos, nunca chegaram a ser concluídas como se pode perceber por suas fachadas incompletas.

<sup>12</sup> Tal informação encontra-se em: MELLO, 2005, p. 60-61.



**Fig. 1** - Detalhe do **laço de fita** no arco cruzeiro da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.  
Foto: André Cabral Honor (out. 2006).

Os laços de fita “*simbolizam uma função régia (...) procedem uma adesão interior com a fé*” (CHEVALIER, 1992: 532). Tais ornatos foram largamente utilizados nas construções erguidas durante o reinado de D. Maria I, a louca (1777-1799): ela gostava de laços de fitas, tanto por seu aspecto decorativo, quanto pelo aspecto simbólico, pois era uma católica extremamente fervorosa que, principalmente durante o seu período de loucura, financiou inúmeras procissões e construções de igrejas suntuosas.

A reconstrução da Igreja do Carmo é citada numa carta escrita pelo capelão, frei José de Santos Elias, à rainha D. Maria I, em que pede ajuda para pagar as dívidas que a ordem contraiu em função da construção da referida Igreja.

*Ainda contra a grave penuria em que se acha o seo convento que certamente (...) empenhado, e sem ornamentos precisos e dessentes para as festividades. Isto por causa da igreja que novamente se fez, suposto esteja na sua ultima perfeição.*<sup>13</sup>

A Igreja de Santa Teresa, da Ordem Terceira<sup>14</sup>, diferencia-se da maior parte de suas igrejas congêneres por possuir, justamente, uma fachada com a porta de entrada voltada para a rua, e não para dentro da Igreja principal, como era costumeiro.

<sup>13</sup> AHU\_ACL\_CU\_014, Cx.4, D. 2095.

<sup>14</sup> A ordem terceira “*compõe-se de leigos, homens e mulheres casados, solteiros ou viúvos, e de padres diocesanos que embora não vivam em convento ‘congregam-se em associação religiosa... e de conformidade com uma regra ou estatuto especial, também fazem o seu ano de noviciado e solenemente professam. Daí a sua denominação de **Ordem Terceira**, de conformidade com os preceitos de sua contribuição no século XV, por diploma pontifício de Sixto IV*” (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 26).

*Uma característica singular do prédio é o fato de sua fachada ser recuada em relação à da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, como se fosse necessário demonstrar claramente a hierarquia existente entre os dois templos. (OLIVEIRA, 2003: 89)*

Em 1722 foi lançada a pedra fundamental da Igreja da Ordem Terceira, porém em 1728 a capela já apresentava risco de desabar em virtude da intersecção da sua estrutura arquitetônica com a parede lateral da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que se encontrava com sua edificação comprometida.

Quando, em 1717, os frades carmelitas doaram o terreno à irmandade para que esta pudesse construir a sua Capela, foi resolvido que a Igreja da Ordem Terceira, apesar de situar-se conjugada à parede do Carmo, deveria ter uma “independência estrutural completa do Templo maior” (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 60), evitando assim que se abrisse a já comprometida parede da Igreja do Carmo para nela fosse inserida o arco da Ordem Terceira. Porém, quando em 1722 iniciam-se as obras de construção da Igreja, os irmãos da mesa contrariam a idéia original e resolvem inserir o arco dentro da parede lateral da Igreja do Carmo, para isso “obrigaram a mudar a custa da nossa ordem a varanda que os ditos têm para detrás da capela mor aonde já estivera, como também as janelas das quatro tribunas...” (MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005: 60). Essa idéia leva à paralisação das obras ainda em 1722, e finalmente se decide pela retomada do projeto inicial de independência estrutural.

Em 1732, há um fato curioso na construção da Igreja. Em 30 de junho manda-se suspender a obra das paredes e dar-se adiantamento aos trabalhos de lavragem de cantaria, isto porque o Mestre Manoel Fernandes era o único na capitania com as atribuições necessárias para realizar a lavra da pedra calcária, sendo fundamental, portanto, mantê-lo na obra. Como não havia dinheiro para sustentar as duas obras ao mesmo tempo, dá-se prioridade ao trabalho desenvolvido pelo referido mestre, pois desta forma, este não poderia trabalhar em outra obra impossibilitando-o de voltar ao trabalho de cantaria da Igreja de Santa Teresa. Em 1732, já se havia concluído o trabalho de cantaria do frontispício e cornija da Ordem Terceira.

O último dado de que se dispõe a respeito da construção da capela data de 1758: é pedido que se abram os alicerces para a construção da sacristia, do carneiro e da casa de oração. A data de finalização da Igreja de Santa Teresa é incerta, porém a placa sepulcral mais

antiga - hoje desaparecida - datada de 1797, revela que havia sepultamentos na mesma já em fins do século XVIII, quando a igreja provavelmente já se encontrava concluída<sup>15</sup>.

*AQUI JAZ O*

*BRIGDº GR.*

*JERONIMO JOSE DE M. CASTRTº [grifo nosso]*

*Q. GOVERNOU ESTA CAPTA DA PARA 3 ANES FALº*

*EM MIO DE 1797<sup>16</sup>*

O conjunto carmelita da cidade de João Pessoa é um marco arquitetônico, religioso e cultural na história da sociedade colonial da capitania da Paraíba. Através da sua análise simbólica, que só é possível se embasada na história de sua edificação, se pode tentar vislumbrar, mesmo que de forma incompleta, a simbologia existente por trás de seu patrimônio, restabelecendo os laços entre este e sua comunidade e transformando-o em um monumento à sua memória.

## Referências

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e economia na Paraíba - 1585/1630*. Bauru: EDUSC, 2007.
- GROJNOWSKI, Daniel. Walter Benjamin e as auras da aura. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 63, jul. 2003, p. 155-165.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. Vol. 19. São Paulo: Círculo do livro, 1988.
- GROULIER, Jean-François. A teologia da imagem e o estatuto da pintura. In: LICHTENSTEIN, Jacqueline (dir.). *A pintura*. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 9-15.
- LINS, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Uma apreciação crítica do período colonial na "História da Paraíba Lutas e Resistências"*. João Pessoa: Felipéia, 2006.
- MELLO, Virgínia Pernambucano; ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de & SILVA, Rita de Cássia Alves Ramalho. *História da Ordem Terceira do Carmo da Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 2005.
- MENEZES, Mozart Vergetti de; OLIVEIRA, Elza Régis de; e LIMA, Vitória Barbosa de. (org). *Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

<sup>15</sup> Não é possível nos dias atuais encontrar tal placa, essa informação provém do relato de Alfredo do Valle Cabral, bibliotecário baiano, que registrou inscrições epigráficas de diferentes locais do Brasil, incluindo a da Igreja de Santa Teresa.

<sup>16</sup> MELLO, ALBUQUERQUE & SILVA, 2005, p. 43.

OLIVEIRA, Carla Mary S. *O barroco na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/ IESP, 2003.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*: volume I. 2. ed. fac-similar. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977.